

• Nacional

15 MAR 1989

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

GAZETA MERCANTIL

Acordo com Congresso pode permitir liberação de verbas prioritárias

por Arnolfo Carvalho de Brasília

O acordo preliminar entre o Executivo e o Congresso, para aprovação dos vetos presidenciais em troca do restabelecimento de dotações do Orçamento Geral da União, permitirá à Secretaria de Planejamento (Seplan) normalizar até o final da próxima semana as liberações de verbas para programas prioritários e os financiamentos oficiais, às exportações e à comercialização da safra agrícola, sem prejudicar as metas fiscais do programa de estabilização econômica.

A previsão foi feita ontem a este jornal pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ao considerar "extremamente equilibrado" o acordo fechado, em princípio com o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho, na noite anterior.

As lideranças parlamentares confirmaram o acerto, dispondo-se a acatar todos os vetos presidenciais ao orçamento desde que o Executivo encaminhe, simultaneamente, um projeto de lei solicitando créditos especiais.

A idéia predominante na Comissão Mista é colocar os vetos em votação ainda hoje à noite, em sessão conjunta do Congresso, caso seja possível contornar resistências por parte do relator Almir Gabriel. A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), vinculada à Seplan, comprometeu-se a enviar até às 10 horas de hoje, à comissão, a minuta do projeto de lei que restabelecerá as dotações orçamentárias vetadas "por tabela", por dependerem de fontes cuja utilização fora considerada inconstitucional.

soal, entre cortes de gratificações e transferência da data de pagamento para o início do mês subsequente. No total era preciso economizar NCz\$ 8,5 bilhões ao longo do ano, para que as colocações de títulos se limitem às necessidades de cobertura dos encargos da dívida pública.

Pelo acordo com o Congresso, além de o corte de 55,08% ficar incorporado ao orçamento, o governo se dispõe a restaurar também os níveis de rolagem da dívida dos estados e municípios aprovados inicialmente pelos parlamentares.

"Aceitaremos a rolagem de 92% do débito e nos dispomos a viabilizar o mecanismo do reempréstimo externo ("relending") aos estados e municípios", adiantou o ministro, que prefere esta utilização dos créditos externos renegociados.

O governo acenou com esta possibilidade aos bancos credores, na semana passada, mas ainda não recebeu a confirmação. Abreu considera "totalmente nulo" o impacto que o "relending" teria sobre a expansão monetária, pois "estaria sendo utilizado um empréstimo para cobrir outro". Esta alternativa é preferível, internamente, por excluir a necessidade de se recorrer a fontes de receita para cobrir o maior gasto que a União terá com o pagamento de apenas 8% das dívidas estaduais e municipais neste ano.

Pelo projeto de crédito especial anterior — que o Executivo não enviou ao Congresso por descobrir que isso exigiria antes a apreciação dos vetos presidenciais — a Seplan pretendia restaurar cerca de NCz\$ 13,7 bilhões, dos quais aproximadamente NCz\$ 10

bilhões correspondiam ao Orçamento das Operações Oficiais de Crédito. Desse orçamento dependem todos os financiamentos oficiais para investimento e custeio agropecuários, comercialização agrícola (até mesmo), importação do trigo, irrigação e exportações (via Finex), que estão suspensos desde o início do ano.

A intenção agora é restabelecer valores semelhantes, incluindo uma série de programas custeados com recursos ordinários (isto é, do orçamento fiscal propriamente dito) que também estão prejudicados — como o fornecimento de merenda escolar em todo o país, o custeio dos serviços de transporte ferroviário urbano e outros. Até ontem à noite a SOF ainda trabalhava em cima dos vetos, para definir o valor exato das dotações que serão restabelecidas.

Na segunda-feira, a SOF recebeu os últimos formulários dos diversos órgãos e ministérios com suas sugestões para a aplicação do corte de 55,08% nas despesas de manutenção da máquina administrativa e investimentos. "Não falta mais ninguém" — informou o ministro. Apesar das resistências por parte de ministérios que não cumpriram o prazo de 28 de fevereiro para a entrega dos cortes não foi preciso fazer concessões, segundo o ministro.

"Ao contrário, a economia acabou sendo um pouco maior do que esperávamos."

Além desses cortes, o governo conta também com uma economia de caixa da ordem de NCz\$ 2 bilhões nos gastos com pes-

lembrando que nestes dois meses e meio recebeu mais de cem parlamentares para negociar a questão orçamentária, o ministro do Planejamento rebate as críticas de que sua área não aceita negociações políticas. "Sou totalmente aberto ao diálogo, só não aceito negociar pontos que considero indispensáveis ao equilíbrio das contas públicas e ao programa de estabilização econômica."